

ATA 2ª Reunião Ordinária do FMCBH dos dias 10 e 11 de Julho de 2025



Fórum Mineiro dos Comitês
de Bacias Hidrográficas

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIAS 10 E 11 DE JULHO DE 2025. Aos onze dias do mês de julho de 2025, às 09h00, reuniram-se ordinariamente os conselheiros e convidados do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), presencialmente na cidade de Paracatu - Minas Gerais. **ITEM 1 - RECEPÇÃO:** Os conselheiros foram recepcionados na sede da AMNOR- Associação dos Municípios do Noroeste de Minas em Paracatu – MG. **ITEM 2 - SOLENIDADE DE ABERTURA.** A reunião iniciou-se com uma fala de boas-vindas do **Secretário Tobias Vieira**, que agradeceu a presença de todos e destacou a importância do encontro como momento de troca de experiências. Ele ressaltou a qualidade da visita técnica realizada no dia anterior e agradeceu especialmente à Amnor por ceder espaço e apoio institucional, com agradecimento estendido ao presidente da empresa. Foram chamados para compor a mesa os senhores Luiz Garcia (coordenador do Fórum Mineiro), Carlos Eduardo (vice coordenador), Maria de Lourdes (representando o IGAM), Rafael Vieira (representando a Amnor), Maurício Scalon (coordenador do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas). **Luiz Antônio Garcia (SM1)** iniciou cumprimentando os presentes e destacou a importância da presença da Maria de Lourdes, representando o IGAM, e dos demais integrantes da mesa. Enviou agradecimentos ao representante e presidente da associação local por disponibilizar um ambiente confortável e acolhedor para o evento. Elogiou Maurício Scalon pela gestão do Fórum Nacional, que devolveu protagonismo aos comitês de bacia do país, ressaltando a preparação para o Encob (Encontro Nacional de Comitês de Bacia), considerado o maior encontro das águas da América Latina. Luiz também compartilhou uma reflexão pessoal, destacando o compromisso dos participantes que se deslocam por longas distâncias, muitas vezes de madrugada, sacrificando tempo com suas famílias para contribuir com o desenvolvimento da política de recursos hídricos. **Maria de Lourdes (Igam)** parabenizou a coordenação executiva pela construção da pauta da reunião, ressaltando a importância de assuntos relevantes como a qualidade e quantidade da água. Ela comentou que a distância e a falta de pauta relevante são fatores que desmotivam a participação de alguns membros dos comitês. Ressaltou que, com os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e com as entidades equiparadas, os comitês do São Francisco, por exemplo, estão mais preparados para discutir e planejar suas ações. Finalizou parabenizando os organizadores pelo esforço. **Carlos Eduardo** agradeceu aos colegas Tobias e Rafael, e mencionou o comprometimento dos presidentes dos comitês do Rio Doce. Saudou Maurício pela atuação à frente do Fórum Nacional, desejando sucesso em sua reeleição. Aproveitou para convidar todos para uma futura reunião em Mariana no próximo ano, com visita ao novo distrito de Bento Rodrigues (reconstruído após o desastre de Mariana). **Rafael Vieira (Amnor)** em nome da empresa e do presidente Neison, agradeceu a presença dos participantes e valorizou a parceria com o comitê local. Ressaltou que a reunião é um espaço de aprendizado mútuo e colocou a Amnor e ele próprio à disposição para contribuir com as ações voltadas à proteção dos mananciais e dos recursos hídricos. **Maurício Scalon (Coordenador do Fórum Nacional)** expressou satisfação em estar em Paracatu e agradeceu à organização pelo espaço. Destacou que o Fórum Nacional é um espaço legítimo

de discussão da política de recursos hídricos e que reuniões como essa são essenciais. Lamentou a falta de quórum para deliberações sobre o regimento interno, mas reforçou que o debate ainda é válido. Enfatizou a importância da representação significativa dos comitês mineiros. **Tobias Vieira secretário do Fórum Mineiro**, agradeceu aos parceiros e reafirmou que a pauta da reunião foi construída com o objetivo de fortalecer os comitês, especialmente com temas como as outorgas de grande porte e o papel dos comitês na mediação de conflitos. Destacou que o comitê local passou por dificuldades, mas também por processos de grande aprendizado. Finalizou valorizando a presença de todos, reconhecendo a distância de Paracatu, e demonstrou orgulho por conseguir realizar a reunião naquela localidade. Tobias abriu oficialmente a apresentação da pauta do dia e propôs uma inversão da ordem dos itens para ganhar tempo e tentar alcançar o quórum necessário para deliberações. Foi informado que para deliberação sobre o regimento interno são necessários 2/3 dos presentes – faltavam 8 pessoas para atingir esse quórum, e para deliberação de rotina (quórum simples), faltavam apenas 4 pessoas, e a expectativa era de que chegassem ainda durante a manhã. **ITEM 3 - VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Estiveram presentes na reunião 23 pessoas, sendo 17 votantes conforme lista de presença anexa. Assim a reunião foi estabelecida. Tobias destacou que o Quórum absoluto de 2/3 para deliberar sobre o Item 8 da pauta não foi atingido, ficando, portanto, sem a possibilidade de votar a alteração do Regimento Interno proposto no referido Item. **ITEM 4 - APRESENTAÇÃO DA ORDEM DO DIA - LUIZ GARCIA. Luiz Antônio Garcia (SM1)** Apresentou a pauta do dia. **ITEM 5 - LEITURA DAS COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO PLENÁRIO; Luiz Antônio Garcia (SM1)** fez a leitura da carta formal indicando o conselheiro Diogo para representar o comitê dos afluentes mineiros do entorno do reservatório na reunião. Diogo foi apresentado ao plenário, reconhecido como apto a se manifestar e votar. O coordenador informou que foi convidado para integrar o Conselho Intermunicipal de Meio Ambiente do consórcio "Conservar no Mucuri". Ele indicou um suplente do comitê São Mateus para representá-lo e relatou que já participou de três reuniões sobre coleta seletiva e aterro sanitário. Foi lida uma moção de repúdio à decisão da Justiça Federal de Ponte Nova, que absolveu a mineradora Samarco pela tragédia de Mariana (2015). A moção considera a decisão um equívoco, rejeita a alegação de ausência de nexo causal entre os acusados e o desastre, apoia o Ministério Público Federal em seu compromisso de recorrer da decisão. A moção será encaminhada a diversas autoridades, incluindo a juíza responsável, a diretora-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas) e a secretária estadual de Meio Ambiente de MG. Após as falas envolvendo os principais representantes, como o presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, deputados estaduais e promotores ligados à área ambiental, a reunião seguiu com informes e atualizações sobre os encaminhamentos prévios à realização do encontro. Foi detalhado o envio de diversos ofícios, desde a justificativa da alteração do calendário até a convocação de lideranças regionais e municipais. O coordenador explicou a importância de formalizar parcerias, especialmente com empresas como a Kinross, o que permitiu, inclusive, a realização da visita técnica do dia anterior. Os ofícios abrangeram desde a solicitação de espaço físico para o encontro até convites direcionados a prefeitos e representantes de comitês da região. Houve também uma observação sobre a cobrança feita por representantes do Fórum Nacional, que sugeriram que os participantes do Fórum Mineiro apresentassem formalmente como se deu a participação na instância nacional. O coordenador do comitê do São Mateus relatou ter sido convidado para uma reunião com representantes do Espírito Santo, interessados em criar uma calha federal para o Rio São Mateus, envolvendo esforços conjuntos entre os dois estados (Minas e Espírito Santo). Ainda que o momento político e institucional não seja considerado ideal, foi destacada a importância de manter o otimismo e reiniciar o processo, mesmo após uma tentativa frustrada devido à falta de apoio do governador do Espírito Santo na época. Tobias encerrou a abertura reforçando que a reunião foi pensada para que os participantes pudessem levar melhorias e aprendizados para seus próprios comitês e processos internos. Agradeceu mais uma vez pela presença e dedicação de todos. **ITEM 6 - APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 04 DE JULHO DE 2025. Tobias Vieira (secretário executivo)** conduziu o processo de aprovação da ata, informando que ela foi previamente enviada a todos os conselheiros junto à convocação da reunião. Foi colocada em votação a ata da quarta reunião extraordinária. Após confirmar que as únicas sugestões de correção foram de caráter gramatical (feitas por José Edilberto), a ata foi aprovada com duas abstenções (Altino e Adilson), sendo confirmado o quórum regimental para sua validação. **ITEM 7 – CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CGLS (COMISSÕES GESTORAS LOCAIS) - TOBIAS VIEIRA. Tobias Vieira (secretário executivo)** iniciou sua apresentação com relato sobre a instalação pioneira da CGL na bacia do Paracatu, em 2020, com a proposta de mediar conflitos pelo uso da água. O objetivo central das CGLs é equilibrar a

disponibilidade hídrica com os múltiplos usos e garantir a manutenção da vazão ecológica dos rios, essencial para preservar o ecossistema aquático. A CGL surgiu como resposta às DAC's (Declarações de Área de Conflito), instituídas pelo Igam, frequentemente provocadas pelo Ministério Público, como forma de conter a expansão agrícola desordenada e impor uma gestão coletiva da outorga. Na prática, isso significa que, em áreas onde a demanda por água é maior que a disponibilidade, os usuários deixam de ter outorgas individuais e passam a gerir o recurso de forma coletiva, dentro da CGL. Cada CGL é formada por usuários e pretensos usuários (pessoas que ainda não possuem outorga, mas têm interesse). A instituição da CGL é feita por portaria do Igam, que estabelece seus membros e a exigência de uma primeira reunião coordenada pelo CBH (Comitê de Bacia Hidrográfica). O prazo para essa convocação é de 30 dias após a publicação da portaria, sendo responsabilidade inicial do comitê local. Foi destacado o desafio de mobilizar os membros, muitos dos quais eram desconhecidos. A solução envolveu o contato direto com consultorias ambientais, rádios locais e associações, para localizar e envolver os usuários na gestão. Um exemplo citado foi uma CGL com 60 integrantes, dos quais apenas 5 compareceram inicialmente. Com esforço, o grupo cresceu e conseguiu renovar sua outorga coletiva em menos de um ano. Foram apresentadas imagens mostrando a distribuição das DACs e das CGLs em Minas Gerais, com destaque para as regiões de Paracatu e Urucuia, que concentram o maior número de comissões no estado. Foram citadas 29 CGLs, todas com portaria de outorga vigente e em diferentes estágios de funcionamento. Um dos maiores desafios enfrentados foi durante a pandemia, quando o processo precisou ser iniciado de forma remota, por meio de ligações e reuniões online. A criação de grupos de WhatsApp por CGL foi apontada como uma solução prática e eficiente de comunicação, especialmente considerando a familiaridade dos produtores rurais com esse meio. Foi esclarecido que as CGLs não têm personalidade jurídica (CNPJ) e não são associações. Contudo, a portaria de criação prevê a possibilidade (não obrigatoriedade) de a CGL se vincular a uma associação já existente, caso isso facilite a gestão e representação. A ideia original era criar uma associação obrigatória, mas essa proposta esbarrou em barreiras constitucionais. Durante o processo, foi necessária uma forte articulação com o IGAM, tanto para interpretar normas quanto para orientar os usuários sobre a metodologia da outorga coletiva. A colaboração com consultorias ambientais foi essencial para levantar dados dos usuários e seus contatos. A apresentação prosseguiu abordando os resultados práticos do modelo implantado, com ênfase no caráter inovador das CGLs como mecanismo de resolução de conflitos. Ainda que cada comissão tenha suas particularidades, o modelo vem sendo expandido e replicado com base na experiência bem-sucedida de Paracatu, especialmente pelo protagonismo do comitê local e da mobilização direta com os usuários. **Tobias Vieira** continua relatando as dificuldades de comunicação e envolvimento dos membros da CGLO, com destaque para a ausência de alguns representantes importantes, como o da unidade do Noroeste de Minas. Outro grande obstáculo foi o desconhecimento das consultorias sobre o que era a CGL. Nenhuma delas sabia como atuar nesse novo modelo de gestão coletiva de outorga. Apesar disso, o grupo encontrou caminhos. Começaram a envolver ativamente as consultorias para fazer a ponte com os empreendedores, já que essas empresas mantêm uma relação de confiança com seus clientes. O uso dessa rede facilitou a adesão e participação dos produtores. Com essa estratégia, conseguiram alcançar grandes empreendedores, inclusive por meio de familiares, como filhos e esposas. O Comitê do Paracatu, junto com a CETOC local, teve atuação destacada, demonstrando engajamento e esforço para entender e fazer funcionar a nova lógica da CGL. Com esse empenho coletivo, estabeleceram um diálogo aberto com todos os envolvidos para buscar soluções. Uma decisão importante foi não aceitar representação por procuração. A justificativa era baseada na recomendação do Ministério Público, que não aceitaria decisões tomadas por procuradores. Assim, incentivaram a participação direta dos empreendedores nas reuniões, garantindo maior comprometimento e legitimidade das decisões. Na prática, a CGL funciona como um espaço para tratar conflitos abertamente. Os próprios usuários discutem e decidem regras, valores de contribuição, custos com consultorias, monitoramento e até investimentos para melhorias, como energia. Exemplo dado: em Paracatu, um grupo precisou instalar um transformador e dividiu os custos proporcionalmente à área irrigada. As decisões sobre telemetria (monitoramento automático) também são feitas internamente. Em alguns casos, o grupo entende que basta medir no barramento. Em outros, com mais de um usuário, decidem colocar telemetria em diferentes pontos. Essa flexibilidade, discutida coletivamente, tem funcionado bem. Após quatro anos, surgiu um novo problema: conflito de interesse de consultorias técnicas. Foi citado um caso em Paracatu, onde uma consultoria que representava um produtor (com irregularidades na outorga) tentou defender seu cliente perante a CGL sem comunicar os demais membros. Isso causou desconfiança e demonstrou o risco desse tipo de relação cruzada. Outro ponto

crítico foi a percepção de que membros antigos da CGL começaram a agir como “donos da água”, dificultando a entrada de novos usuários. Um exemplo foi o caso de uma associação comunitária com 111 famílias e pedido de 14 L/s de captação, que encontrou resistência velada da CGL para ser incluída. A denúncia chegou ao Igam e foi levada ao comitê, que passou a tratar o caso com atenção. Continuou sua apresentação relatando as preocupações com a outorga sazonal. A recente implementação da outorga sazonal trouxe incertezas. Embora a ideia seja positiva, o temor é que alguns produtores continuem irrigando mesmo fora do período autorizado (junho a setembro), agravando a escassez. A metodologia de alocação da água ainda não foi divulgada pelo Igam, o que gera expectativa e insegurança. Alguns usuários, especialmente os de captação direta, evitam instalar equipamentos de monitoramento, pois isso poderia evidenciar uso irregular. Há resistência com o custo da telemetria, mas o comitê insiste que o monitoramento é essencial para preservar o rio. Foi mostrado um exemplo da eficácia do modelo participativo: a reunião que instituiu a CGL, qual contou com ampla adesão de representantes e órgãos como o Igam. Isso evidenciou o interesse coletivo em resolver os problemas de uso da água. O sistema de monitoramento em tempo real das bacias é baseado em sensores que indicam níveis de atenção, alerta e escassez. Um exemplo mostrado foi da bacia do Baixo São Pedro, que apresentou queda crítica de vazão em agosto do ano anterior, chegando a ter trechos com “régua seca”. Essa situação demandou ação imediata do comitê. Para contornar o uso excessivo da água aos finais de semana (quando a energia é mais barata), foi criada a campanha chamada “Dia do Rio”, que proibia o uso da irrigação no sábado. Essa ação ajudou a aumentar a vazão do rio durante o período seco. Tobias também comentou que a portaria do Igam atualizou a vazão mínima obrigatória de 1.300 para 2.000 L/s, o que representa um novo desafio para os usuários, que terão menos água disponível legalmente. Foi explicado como as portarias agora condicionam o uso da água à apresentação de planos de irrigação e plantio, para evitar a concentração de consumo no auge da seca (agosto e setembro). O milho, por exemplo, precisa ser plantado até o final de março, e o feijão até meados de abril. Por fim, destacou o dilema entre a necessidade agrícola (ex.: controlar a mosca branca com plantio tardio) e a preservação hídrica, o que exige ajustes contínuos entre produção e conservação. Após a explicação sobre as plataformas de monitoramento, os participantes passam a discutir a efetividade das medidas diante da escassez hídrica. Foi questionado se ao identificar a situação de escassez (com base na regra dos 7 dias abaixo do nível mínimo), o órgão ambiental já toma medidas como a publicação automática de uma portaria de escassez. A resposta é negativa: embora isso devesse ocorrer automaticamente, na prática, não acontece. Em vez disso, o processo depende de um esforço manual e informal do comitê de bacia, que atua pressionando usuários e órgãos. Exemplo citado: quando a situação se é realizado o monitorando constantemente e, ao identificar a mudança para vermelho ou laranja, liga diretamente para os responsáveis pedindo providências. No entanto, destaca-se que o decreto vigente para escassez é ineficaz, pois prevê redução de vazão (que na prática exige troca de rotor da bomba, algo considerado inviável). Em vez disso, são aplicadas medidas alternativas: como redução da lâmina de irrigação, uso do pivô apenas para enxágue e desligamento posterior, além da alternância de dias de captação entre os usuários. A telemetria de captação vem sendo desenvolvida como ferramenta para fiscalização em tempo real, permitindo saber quem está captando água e quem não está. Um exemplo é citado com um sistema em fase de testes, desenvolvido por um técnico, que oferece visualização imediata de quais pontos estão ativos. A discussão se volta para os custos da telemetria. Foi esclarecido que o investimento em sistemas de monitoramento é de responsabilidade dos irrigantes, especialmente no setor privado. O sistema Mira exige que os usuários forneçam dados, mas a tecnologia usada por ele é mais cara, o que dificulta a adesão. A proposta então é usar alternativas mais baratas, como o sistema de horímetro com um dispositivo chamado “Ômega”, que transmite os dados. Essa abordagem, baseada na leitura do tempo de funcionamento da bomba, aliado à curva de vazão, reduz significativamente o custo em comparação aos hidrômetros (de R\$ 14.000 para cerca de R\$ 4.000). A proposta foi formalizada em um documento enviado ao Igam, solicitando aceitação da nova metodologia para ampliar a adesão dos produtores. A argumentação é clara: sem flexibilidade nos métodos de medição, a telemetria obrigatória falha, pois não é cumprida. Um exemplo prático foi mostrado, com dados da empresa Bevap, que já possui diversas estações de monitoramento. A visualização permitiu verificar, por exemplo, que em um determinado mês, embora tivesse autorização para captar 3 milhões de m³, a empresa utilizou apenas 1,4 milhão. Esse tipo de dado detalhado por outorga, dias de uso, volume captado e média de vazão é apontado como o cenário ideal para toda a bacia. **Altino (Comitês Três Marias e SF Federal)** parabeniza os avanços da região de Paracatu e destaca que a experiência é relevante para outras regiões, como o Noroeste da Bahia, onde há conflitos similares. Ele reforça que o que se busca com a cobrança pelo uso da água é

uso racional, não arrecadação. Altino levanta preocupações: 1. Falta de comunicação das CGLs com os comitês – cobra mais feedback e integração entre os órgãos 2. Inclusão dos pequenos usuários e agricultura familiar – questiona como esses são considerados dentro das coletivas e nos custos do sistema. 3. Cita um exemplo de investimento em barragens em cascata, onde os usuários que investiram pagam a mesma tarifa que os que não fizeram melhorias – pergunta se isso já foi debatido nas CGLs.

Tobias Vieira (Secretário do fórum) explicou que, dentro das CGLs, o rateio das despesas é feito proporcionalmente à área irrigada. Isso permite a inclusão dos pequenos usuários, pois a cobrança deles é menor. A decisão sobre o modelo de rateio é da própria CGL, embora o comitê oriente sobre como tornar o sistema mais equitativo e viável para todos. Quanto ao exemplo da associação de 111 famílias que solicitam 14 l/s, foi enfatizado o forte apelo social da demanda (voltada para abastecimento humano e produção de subsistência). No entanto, a CGL local tem sido resistente, e o Igam ainda não se posicionou claramente sobre aceitar ou não a regularização do uso. O comitê enviou três ofícios, para a CGL, pedindo atenção especial à demanda social, para a associação, orientando a formalização da solicitação (evitar apenas conversas verbais), e para o Igam, pedindo uma resposta explícita: aceitará ou não o processo da associação. Foi explicado que, inicialmente, o comitê organizava seminários com todas as CGLs, que eram bem frequentados. No entanto, com o tempo, preferiram dar autonomia para as CGLs caminharem sozinhas, após treinamento das consultorias. Ainda assim, problemas persistem, como a falta de identificação de conflitos nos processos de outorga, o que leva a tramitações "pacíficas" sem a devida participação do comitê, a falta de transparência ou omissão de conflitos por parte das consultorias. Foi reforçada a importância de que, havendo conflito, ele seja explicitado no relatório técnico. Discussão se concentra na importância do registro de conflitos, especialmente quando a condução do processo não é clara para todos os envolvidos. Destaca-se que, em muitos casos, quem está à frente sabe o que está fazendo, mas a comunicação com os demais, especialmente com o comitê, pode falhar. Por isso, é essencial registrar oficialmente opiniões divergentes, inclusive em atas, para garantir que haja respaldo processual e histórico. Em seguida, os participantes discutem a diferença na atuação de órgãos como a Cetil e a Cetoc, destacando que, na prática, quem mede e gerencia o conflito é a parte técnica, e não o setor jurídico. Juristas não são eficazes na mediação de conflitos sobre água, e há um reconhecimento de que a expertise técnica é fundamental nesses processos. A discussão se volta à metodologia de rateio entre os usuários da água. Questiona-se se não seria mais lógico utilizar o volume outorgado ou captado em vez da área plantada. O argumento é que diferentes culturas utilizam água de formas distintas. Contudo, experiências anteriores mostram que o uso de volume ou vazão gerou confusão e desconfianças entre os produtores. O uso da área foi considerado mais transparente e verificável (por satélite, por exemplo), apesar de suas limitações. Em muitas associações, a prática do rateio por área tem sido a mais adotada. Exemplos de diferentes regiões, como Urucuiá, são citados, com destaque para a diversidade de soluções adotadas pelas CGLs. Algumas funcionam bem por meio de associações que atuam como gestoras, mesmo sem obrigatoriedade legal. Cada associação decide internamente seu sistema de monitoramento e rateio, demonstrando que não existe uma fórmula única. Essas variações também se estendem à produção: nem todos produzem o mesmo tipo de cultura nem no mesmo ciclo, o que demanda flexibilidade nos critérios de rateio. Alguns grupos contratam consultorias para mediar decisões internas e buscar soluções equilibradas. A preocupação com pequenos produtores é levantada, especialmente quanto à capacidade de arcar com custos, como instalação de telemetria. Reforça-se que, embora eles possam ser pequenos em área ou volume, ainda devem ser considerados e respeitados dentro do sistema. Em Paracatu, há um sentimento de solidariedade e construção coletiva entre os produtores, o que ajuda na inclusão dos pequenos e na busca de crescimento conjunto. Relata-se um caso específico de inadimplência em uma CGL onde dois membros deixaram de pagar. A situação gerou grande mobilização e lotou uma reunião normalmente esvaziada. A solução foi aplicar os mecanismos previstos no regimento interno e na Portaria 26, como notificação em três etapas e, em último caso, exclusão da portaria de outorga. Após essa movimentação, os inadimplentes acabaram quitando os débitos. É destacada a relevância de se construir regimentos internos robustos nas CGLs, com cláusulas claras sobre inadimplência, penalidades e processos de exclusão. A experiência de Paracatu é citada como modelo em um seminário das águas, foi criada uma minuta de regimento que previa notificações sucessivas e, se necessário, a retirada do usuário inadimplente da outorga. O objetivo era dar segurança jurídica às CGLs para tomar decisões firmes e manter o sistema funcionando. Outros relatos abordam a entrada de novos usuários nas CGLs. Em um caso, houve divisão entre membros sobre a inclusão de um novo produtor. O Igam interveio com uma apresentação técnica, que mediou o conflito, e a decisão final foi levada ao comitê. Outro exemplo destaca o papel equivocadamente que às vezes

é atribuído ao comitê nesse processo, o correto, segundo a Portaria 26, é que o pedido de entrada seja protocolado diretamente no Igam e não no comitê. A entrada do novo usuário pode gerar desconforto, mas cabe à CGL arbitrar apenas dentro do processo de alocação de água, e não impedir a entrada de outorgados. A reunião se encaminha para o encerramento da manhã, com agradecimentos e reconhecimento do valor da discussão. Foi elogiado o trabalho realizado em Paracatu e o modo como o comitê atua em sintonia com os usuários, sem antagonismo, buscando soluções equilibradas e justas para o uso da água. É destacada a transformação da região, que já passou por escassez severa, mas hoje demonstra maturidade na gestão hídrica. Há também reflexões sobre a importância da convergência de interesses e da mediação constante. A água é um bem único e finito, e todos devem buscar usá-la de forma equitativa, considerando também os impactos ambientais. O grupo propõe adiantar a apresentação sobre a alteração do regimento para aproveitar o tempo disponível antes do almoço. A ideia é apresentar rapidamente e liberar os participantes para a refeição ao meio-dia. **ITEM 9 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO FMCBH EM SEU ART. 12.**

Luiz Garcia menciona que todos já estão cansados e propõe apresentar rapidamente a ideia de alteração no regimento. Começa explicando que o regimento atual exige que a convocação da reunião e o envio da documentação ocorram com 30 dias de antecedência. **Tobias Vieira** relata que após as últimas experiências, perceberam que enviar toda a documentação com 30 dias de antecedência tem atrapalhado a construção da pauta, tornando o processo engessado. Além disso, dificulta o convite a palestrantes, que muitas vezes não conseguem confirmar a presença com tanta antecedência. A nova proposta sugere a convocação com 30 dias de antecedência, sem a pauta. A sugestão é enviar a pauta e a documentação com 15 dias de antecedência.

Justifica que isso permitirá maior flexibilidade na organização e trará mais precisão nas informações encaminhadas. Exemplo citado: dificuldades com a gravação da reunião de Belo Horizonte que causou problemas na elaboração da ata. A alteração afetaria o artigo 12, principalmente o parágrafo terceiro, que atualmente exige que convocação e documentos sejam enviados juntos. A proposta separa esses elementos em dois novos parágrafos: Novo §3º: Convocação deve indicar data, hora e local. Novo §5º: Documentos e pauta devem ser enviados com 15 dias de antecedência (para reuniões ordinárias) e 5 dias (para reuniões extraordinárias). **Maria de Lourdes (Igam)** discordou da proposta. Ela argumenta que não é possível convocar sem enviar a documentação, pois essa prática vai contra o entendimento do Fórum Mineiro e dos comitês. A convocação deve sempre ser feita junto com os documentos da pauta. O calendário anual já prevê as datas das reuniões, então não é necessário lembrar os participantes com tanta antecedência. Segundo o Igam a convocação com documentação deve ocorrer com 15 dias de antecedência para reuniões ordinárias e 5 dias para extraordinárias. O modelo de 30 dias pode causar confusão, pois o envio separado de documentos pode gerar duplicidade ou perda de informações. Lourdes também aponta erros na formatação da proposta de deliberação. **Hideraldo Buch** defende que, em fóruns maiores, como o Fórum Nacional, é comum primeiro enviar a convocação e depois discutir e finalizar a pauta. A prática funciona para a realidade de grandes coletivos. **Genilson, do CBH Mucuri**, comenta que precisa montar processo administrativo para participar dos eventos. Isso exige documentação com antecedência para liberar sua participação. Reforça que a convocação sem documento não ajuda. O grupo discute se a alteração pode ser feita apenas no regimento interno ou se o decreto estadual também teria que ser alterado. Um participante levanta preocupação com os limites da autonomia do fórum. **Hideraldo Buch** esclarece que o decreto estadual não prevê prazos para envio de convocação/documentação, portanto, a alteração é válida apenas no regimento interno, sem necessidade de alterar o decreto. O IGAM não tem autoridade para vetar essa mudança, já que se trata de um ponto não regulado pelo decreto. **Maurício Scalon** apoiou o modelo de 15 dias. Ele relata que o Fórum Nacional já usa modelo similar, sendo a convocação com 15 dias de antecedência, com toda a documentação. Caso haja mudança posterior, é feita uma retificação de pauta, sem problema. **Tobias Vieira** reforça que a sua proposta era convocação com 30 dias e documentos com 15. **Maria de Lourdes (IGAM)** propõe simplificar para convocação + documentos com 15 dias. Ambos os modelos são viáveis, mas o segundo evita confusão e atende o Igam. Houveram discussões sobre os prazos e a validação do decreto. A redação de "mínimo 15 dias" permite que seja mais (ex.: 20 dias), caso desejado. A intenção é flexibilizar, evitando problemas como alterações de última hora. Situações como as ocorridas em Paracatu exigiram mudanças de pauta próximas da data. **Clea Amorim** reforça que, no final de cada ano, já se sai com a pauta e calendário das reuniões definidos. Defende que os 15 dias são suficientes, não havendo necessidade de discussão tão longa sobre algo tão prático. **Sylvio Luiz Andreozzi (PN2)** fez questionamentos sobre o decreto sendo omissos sobre isso, então a decisão é do

plenário. O Igam tem dificuldades de pessoal, então o prazo mínimo de 15 dias é importante para processar as solicitações de diárias, por exemplo. Levanta a questão central: a convocação precisa obrigatoriamente vir acompanhada da documentação. Destaca que a preocupação com prazos do Igam tende a diminuir, pois futuramente os CBHs farão seus próprios processamentos. Defende que, primeiro, se defina se convocação e documentação precisam andar juntas; depois se discute o prazo ideal. **Tobias Vieira** reconhece que propôs separar convocação e pauta por acreditar que o custeio precisava de mais tempo. Após esclarecimento da Lourdes (representando IGAM), entende que tudo pode ser enviado junto com 15 dias de antecedência. Se compromete a ajustar a minuta com base nesse novo entendimento. **Dirceu (Mobilizador do Programa Produtor de Água)** ressalta que prazos curtos prejudicam a participação, dando como exemplo que não recebeu apoio financeiro em tempo hábil. Menciona que outros representantes têm dificuldades semelhantes, que poderiam ser minimizadas com mais antecedência. Destaca que há entidades como a ANA (Agência Nacional de Águas) que não atendem solicitações feitas com menos de 30 dias. Sugere que prazos maiores possibilitariam caronas solidárias e melhor organização. **Maria de Lourdes (IGAM)** Esclarece que os atrasos às vezes ocorrem não por prazos curtos, mas por situações específicas como problemas com suplementação de recursos. Afirma que, independentemente do prazo, a convocação precisa ser enviada com a documentação completa. Reforça que isso é uma posição institucional do IGAM. **Altino** Relata que precisou custear do próprio bolso participação em reunião anterior por atraso no repasse. Reconhece que o IGAM enfrenta dificuldades financeiras, mas reitera que o problema é recorrente e não pontual. Defende que 15 dias são razoáveis e que ajustes pontuais são possíveis conforme a demanda. **Thales (CBH Caratinga)** Diz que, pessoalmente, não vê problema com os 15 dias. Alerta que a definição tardia da pauta pode comprometer a presença de representantes com poder de voto. Levanta o ponto da necessidade de substituições formais para manter o quórum. **Maria de Lourdes (IGAM)** refuta a ideia de que substituições podem ser feitas livremente: só são aceitos titulares ou suplentes previamente indicados. Reforça que a questão é de programação com base no calendário anual já aprovado. Diz que o presidente precisa se organizar com antecedência, independentemente da convocação formal. **Tobias Vieria** Tenta retomar o foco e lembra que não haverá votação, pois não há quórum de 2/3 necessário para alterar o regimento. Busca manter a convocação + pauta/documentação podem ser enviadas com 15 dias de antecedência. Obtém consenso da plenária. Compromete-se a editar o documento com a nova redação para apreciação na próxima reunião. Confirmado o consenso de que convocação, pauta e documentos podem ser enviados juntos com 15 dias de antecedência, a reunião foi finalizada com orientações sobre o almoço e retorno às 13h30. **ITEM 10 - APRESENTAÇÃO “A IMPORTÂNCIA DAS BARRAGENS E PISCINÕES NA IRRIGAÇÃO NO NOROESTE DE MINAS” – IRRIGANOR.** Após o breve intervalo para o almoço, os trabalhos da tarde foram retomados. A coordenação iniciou a sessão agradecendo a presença e pontualidade dos participantes, especialmente destacando a importância de aproveitar ao máximo o tempo disponível, considerando o ritmo produtivo do dia anterior. **Luiz Garcia** trouxe um esclarecimento sobre uma mudança na estrutura da pauta da reunião. Explicou-se que, conforme o regimento, há itens obrigatórios que antes estavam sendo negligenciados. A partir dessa reunião, o modelo de pauta passaria a incluir um momento específico para a apresentação de moções, com espaço para os participantes apresentarem minutas das propostas. Essas moções seriam posteriormente discutidas e deliberadas no encerramento da reunião. Como não houve propostas imediatas, a condução seguiu para o próximo item. Logo em seguida, deu-se início à palestra técnica com o tema "A importância das barragens e piscinões na irrigação no Noroeste de Minas". **Felipe Bernardes (Irriganor)** engenheiro agrônomo, mestre e doutor em engenharia agrícola com foco em recursos hídricos. Ele iniciou sua fala de forma leve e bem-humorada, reconhecendo o desafio de manter a atenção do público logo após o almoço, mas demonstrou satisfação em participar do evento, ressaltando suas raízes em Januária, no Norte de Minas, e sua ligação com a região. Apresentou um panorama técnico e reflexivo sobre a irrigação, ressaltando o momento oportuno da discussão em virtude da recente publicação do **Decreto Estadual nº 49.072/2024**, que regulamenta a Lei nº 25.931 e estabelece diretrizes importantes sobre a irrigação em Minas Gerais. Ele destacou o impacto nacional da legislação, apontando sua relevância no contexto da segurança hídrica e alimentar. A palestra seguiu com dados e análises sobre como a agricultura irrigada potencializa a produtividade das lavouras. Utilizando gráficos do IBGE e Embrapa, demonstrou que culturas irrigadas, como arroz, feijão, trigo e café, apresentam aumento de produtividade de até quatro vezes em relação às cultivadas sem irrigação. No caso do café arábica, por exemplo, mencionou ganhos de até 70%, podendo atingir produções superiores a 100 sacas por hectare. Com base em informações da ONU, fez uma conexão entre

mudanças climáticas, déficit hídrico e desafios da agricultura. Ressaltou que a agricultura enfrenta dois grandes problemas globais: baixa produtividade e alterações nos regimes de precipitação. Esse cenário é agravado pelo crescimento populacional, que acelera a demanda por alimentos, fibras e energia, estimando-se que a população mundial alcance 10 bilhões antes de 2080. Dentro do contexto nacional, ele explicou como a variabilidade climática, especialmente a concentração de chuvas em curtos períodos, resulta em maior escoamento superficial e perda de água, o que exige estratégias para reter essa água por mais tempo nas bacias hidrográficas. A construção de barragens e piscinões foi apresentada como uma das principais soluções. Felipe destacou o conceito de tempo de residência da água, explicando que, ao se construir barragens, é possível captar água no período chuvoso e liberá-la de forma regulada no período seco, beneficiando toda a cadeia agrícola. Mostrou mapas que evidenciam o alto déficit hídrico nas regiões Norte e Noroeste de Minas, argumentando que essas áreas necessitam de soluções estruturais para mitigar os impactos da irregularidade das chuvas. Apresentou um histórico sobre a evolução da irrigação no Brasil, pontuando que antes era vista apenas como um recurso emergencial contra a seca, mas hoje é uma tecnologia sofisticada, com softwares, sensores de umidade, automação e controle de evapotranspiração. Isso transformou a irrigação em uma plataforma multifuncional, viabilizando safras múltiplas, uso racional de água e insumos, e agregando valor à produção agrícola. A palestra então abordou de forma técnica os benefícios das barragens e piscinões, destacando que as barragens armazenam água no período chuvoso, regularizam a vazão dos rios, atenuam impactos de cheias, e garantem água no período seco e que piscinões permitem captação em pontos estratégicos com menor impacto, respeitando as vazões mínimas dos rios, e garantindo maior eficiência no uso da água. Foi apresentado um gráfico real de uma propriedade rural, mostrando como a barragem permite manter a vazão de um rio estável durante o ano, garantindo disponibilidade de água mesmo no período seco, além de permitir captação superior à vazão de referência (Q7,10), sem causar impactos ambientais. Em seguida, Felipe reforçou que, para a eficácia dessas estruturas, é essencial considerar a bacia hidrográfica como um todo, e não apenas o ponto da construção da barragem. Mencionou a necessidade de preservação das áreas de APP, topo de morro, e conservação de solo e água, além de obras de contenção de sedimentos em estradas rurais, para evitar assoreamento e perda de funcionalidade das barragens. Por fim, lembrou que as barragens devem contemplar infraestrutura para a fauna aquática, garantindo conectividade entre montante e jusante. Encerrou sua fala com uma reflexão sobre o papel da legislação aprovada e a importância de se pensar na sustentabilidade da produção agrícola para as gerações futuras. Ele citou um estudo do professor Edward Wilson, de Harvard, que aponta que, desconsiderando desertos e áreas inóspitas, dois terços das terras agricultáveis do planeta já estão em uso. Portanto, o desafio não é só aumentar a área de plantio, mas produzir mais com o que já temos, o que reforça ainda mais a importância de estratégias como a irrigação bem planejada e o uso racional da água. Discutiu projeções futuras relacionadas à produção de alimentos. Usa como exemplo o padrão alimentar indiano (vegetariano) e o padrão americano (alto consumo de proteína animal), destacando que, se todos seguissem o padrão americano, a produção atual de grãos só alimentaria 2,5 bilhões de pessoas. Ele enfatiza que não está promovendo o vegetarianismo, mas apenas apresentando um comparativo. Com o crescimento populacional estimado em 9 bilhões até 2043, surgem desafios para garantir alimentação suficiente. Ele projeta que, para alimentar essa população mantendo o padrão médio de consumo atual, seria necessário aumentar a produção global de grãos dos atuais 3 para 4 bilhões de toneladas — o que equivale a 10 vezes a produção agrícola brasileira atual. Como 2/3 das terras agricultáveis já estão ocupadas, surge a pergunta: onde e como expandir essa produção, levantando duas opções principais, como os países ricos mudarem seus hábitos alimentares (para dietas mais sustentáveis) e expandir a área de produção agrícola em 50%, o que exigiria desmatamento, especialmente no Brasil. Ele apresenta a tecnologia como alternativa para aumentar a produtividade, mas destaca que, mesmo as melhores tecnologias disponíveis hoje só alcançam, no máximo, 50% de aumento de produtividade o mínimo necessário. Apresentou dados que defendem o produtor rural como protagonista da conservação ambiental, como 63,3% do território nacional ainda tem cobertura vegetal nativa, 25% dessa vegetação está dentro de propriedades rurais, mostrando que os próprios produtores mantêm áreas de preservação. Isso é mais do que a soma de todas as áreas preservadas de vários países europeus juntos. Citou números comparativos para mostrar o papel conservacionista do Brasil. Concluiu que a produção agrícola aliada a práticas de conservação de solo e água é o caminho. Reforça que a irrigação transforma regiões inteiras e parabeniza o decreto recém-aprovado em Minas Gerais, que, segundo ele, será uma virada de chave para o norte e noroeste do estado. Agradeceu o sindicato dos produtores rurais de Januária e reforça a importância do diálogo. Em seguida, começa a sessão de perguntas do público. **Dirceu Costa** pergunta

sobre barragens e a elevação do nível do mar, se essas estruturas poderiam ajudar na regulação das enchentes e na segurança hídrica. **Felipe Bernardes (Irriganor)** responde que a relação entre barragens e elevação do nível do mar é indireta. No entanto, barragens são úteis em um conjunto de ações (como conservação do solo e plantio direto) que podem aumentar a produtividade agrícola. Ele destaca o potencial do Brasil em expandir a oferta de alimentos com o uso da irrigação, especialmente em regiões como o norte de Minas. **Dirceu Costa** relata experiências da expedição no Rio São Francisco, mencionando as enchentes rápidas e perda de recursos hídricos por falta de gestão. Defende a construção de pequenas barragens e critica a visão de que barragens são negativas. Ressalta a importância da captação de água da chuva em Minas e o programa “Produtor de Água”, que incentiva práticas sustentáveis. **Clea Amorim** elogia a fala do Felipe e reforça o valor das pequenas ações locais, como barragens subterrâneas e barraginhas. Ela compartilha a experiência de um projeto que deu errado, a barragem do Setúbal, construída em local inadequado, que gerou danos ambientais. Critica duramente a Copasa e defende o uso da água da chuva para consumo humano como uma alternativa viável e eficaz para populações rurais.

Altino critica a falta de fiscalização no novo decreto. Reconhece que barragens são importantes, mas alerta para o risco de facilitar “passar a boiada” sem garantias de proteção ambiental. Destaca o desaparecimento das veredas e da recarga de aquíferos e pergunta se o decreto contempla de fato a segurança das barragens e o respeito ambiental. **Antônio Eustáquio (MOVER)** questiona a motivação do decreto, sugerindo que ele nasceu da pressão do agronegócio. Critica o uso da justificativa de “utilidade pública” para destruir veredas. Lamenta não estar mais no Conselho Estadual de Recursos Hídricos para fiscalizar de perto. Aponta que o problema alimentar global também exige mudança de comportamento (redução do consumo de carne, por exemplo). Pede que o decreto envolva prefeituras e o estado na gestão de estradas rurais, que causam danos aos corpos d’água. Ressalta que pastagens degradadas dominam a bacia do Paracatu. Critica dados de cobertura vegetal (66%) por incluírem a Amazônia e mascararem a realidade do Cerrado (menos de 20% de cobertura nativa). Finaliza pedindo que o palestrante leve essas preocupações ambientais mais a sério nas suas apresentações. **Felipe Bernardes (Irriganor)** encerra agradecendo todas as falas e reforça que esse tipo de espaço de debate é essencial para o aprendizado mútuo. Ele defende a leitura do decreto e da lei complementar (nº 24.931), afirmando que elas sim contemplam aspectos ambientais importantes, como a proteção de veredas e o zoneamento ambiental produtivo (ZAP). Reconhece que o decreto tem suas falhas e complexidades, mas que a leitura atenta e o diálogo são os melhores caminhos para a construção conjunta de soluções. Retoma o foco no meio ambiente, destacando a importância do diálogo entre os setores e a necessidade de atenção especial à questão das estradas, que impactam o meio ambiente — especialmente em regiões com solos frágeis, como na área de Januária/MG, de solos arenosos. Ele agradece as contribuições dos presentes, especialmente a de um biólogo, cuja experiência foi vista como enriquecedora para o debate. Destaca que a lei discutida é importante, mas ajustes futuros podem ser necessários para garantir o equilíbrio entre produção e preservação, usando a palavra-chave “parcimônia” como conceito central para harmonizar interesses. Finaliza agradecendo pela oportunidade e expressando satisfação por participar. **Luiz Garcia** agradece ao palestrante anterior, valorizando sua presença e pedindo que ele continue participando das próximas reuniões, dada sua contribuição técnica. Em seguida, é introduzida Jeane Carvalho, do Igam, que fará uma apresentação sobre outorga de grande porte e mediação de conflitos. **ITEM 11 - APRESENTAÇÃO “PROCESSOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS OUTORGAS COLETIVAS, QUAL PAPEL DO CBH?” – IGAM.** **Jeane Carvalho (Igam)** inicia sua fala com um tom acolhedor, lamentando não poder estar presencialmente. Ela explica que é diretora de Planejamento e Regulação do IGAM, coordenando dez unidades regionais de gestão das águas e outras gerências, como a de regulação, planos e enquadramentos, e sistemas de informação. Ela destaca que a apresentação será compartilhada posteriormente e que as perguntas poderão ser feitas ao final. Jeane introduz o conceito de outorga como um ato administrativo que concede ao requerente o direito de uso da água, superficial ou subterrânea, por prazo determinado e com condições definidas. Os objetivos da outorga são a gestão qualitativa e quantitativa da água, garantia de acesso a todos os usuários, e mediação de conflitos. Ela lista os principais instrumentos legais, destacando a importância de consolidar normativas antes muito dispersas. Cita a Lei 9433/97 (nacional) e a Lei Estadual 3199, além do Decreto 47.705/2019 e da Portaria 48, que juntos estabelecem procedimentos de regularização. Jeane detalha a DN 07 de 2002, que trata do que é considerado outorga de grande porte, e a DN 31, que estabelece critérios gerais para aprovação pelo Comitê de Bacia. Ela explica que a DN 31 foi criada para regulamentar o artigo 43 da Política Estadual

de Recursos Hídricos, que determina que as outorgas de grande porte devem ser aprovadas pelo comitê em prazo definido, sob pena de o processo ir para o Conselho Estadual (CERH). Apresenta as situações específicas que caracterizam uma outorga de grande porte, como, rebaixamento de nível de água por mais de 10 anos, impacto sobre abastecimento público, proximidade de unidades de conservação, localização em classe especial ou classe 1 (qualidade da água), uso de água subterrânea em áreas de proteção máxima e barramentos, geração de energia (>1 MW), desvio total de curso d'água, dragagens e transposições entre diferentes unidades de gestão. Ela reforça que o anexo da Portaria 48 trouxe refinamento técnico para esses critérios, reduzindo a subjetividade e melhorando a padronização nas análises. Jeane esclareceu os critérios técnicos com maior profundidade, utilizando tabelas e especificações técnicas (como volume de dragagem, área de drenagem, canalizações etc.). Depois, volta a destacar a competência do comitê, reforçando que ele deve se basear nos pareceres técnicos do Igam e da FEAM (antiga SUPRAM), além de considerar o enquadramento do corpo hídrico, planos diretores e deliberações internas. Ela também menciona que, na ausência de comitê ou quando este declina da competência, a deliberação passa à Câmara Técnica do CERH, como a CETER em Minas Gerais. Apresentou o fluxo de aprovação conforme a DN 31, sendo a agência de bacia (ou entidade equivalente) analisa os pareceres, encaminha ao comitê, que pode deliberar via plenária ou instância técnica, o comitê tem 60 dias corridos para deliberação a partir do recebimento e após a reunião, há um prazo de 3 dias úteis para encaminhar a decisão ao Igam. Comenta que, com o avanço digital (de Correios para o SEI e agora o SOUTH), há necessidade de atualizar a norma quanto a prazos e formas de envio. Falou sobre o controle de legalidade, que é responsabilidade da diretoria-geral do Igam. Caso o comitê imponha condicionantes que extrapolem as competências da outorga, elas podem ser removidas e reencaminhadas para o licenciamento ambiental. Menciona a Nota Técnica 15/2020, que trata de renovação de outorgas de grande porte, sem mudanças técnicas: não precisa retornar ao comitê e com mudanças técnicas: volta ao comitê. Mudança de titularidade: não retorna, pois é considerada administrativa. **Jeane Carvalho (Igam)** inicia a apresentação sobre outorgas coletivas, introduzindo o conceito de DAC (Declaração de Área de Conflito). O conflito é reconhecido quando a demanda excede a disponibilidade hídrica, segundo o balanço hídrico. O Igam emite a DAC com base em parecer técnico, publica no Diário Oficial e comunica obrigatoriamente ao Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH). Ela apresenta um mapa das DACs no estado de Minas Gerais, existem 61 áreas de conflito e 107 Comissões Gestoras Locais (CGLs), pois algumas DACs foram subdivididas para melhor gestão. O comitê, ao ser comunicado, deve convocar os usuários para manifestação de interesse em adesão ao processo único e convocar a primeira reunião da Comissão Gestora Local (CGL), que será responsável pela gestão da outorga coletiva. Explicou o processo de criação da Comissão Gestora Local (CGL) a partir da portaria provisória. Primeiro, o IGAM emite uma DAC (Declaração de Área de Conflito), criando os processos provisórios. Em seguida, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) convoca os usuários da área da DAC para compor a CGL. Após essa convocação, ocorre a primeira reunião da CGL, cuja responsabilidade de condução é do CBH. A CGL passa então a coordenar a elaboração do Termo de Alocação e a formalização do processo de outorga. Se houver consenso entre os usuários, a decisão segue após análise técnica. Entretanto, se houver dissenso, o processo vai para o CBH, que é o responsável por avaliar e deliberar a proposta de alocação apresentada. Caso o CBH não se manifeste no prazo de 60 dias, o Igam toma a decisão final com base em parecer técnico. Ela esclarece os prazos: até 30 dias para os usuários manifestarem interesse em participar do processo coletivo; depois, o CBH tem até 5 dias para enviar a lista ao Igam. Caso esses prazos sejam extrapolados, o Igam assume a convocação via unidade regional (URGA). Se a convocação for frustrada (ausência de usuários), o CBH informa o IGAM, que pode promover estudos para decidir se a DAC será revogada. Ela relata que isso já aconteceu com três DACs que foram canceladas por falta de adesão. Após instituída, a CGL tem 30 dias para realizar sua primeira reunião. O CBH conduz essa reunião e elabora a ata. A pauta sugerida inclui apresentação dos presentes, apresentação da bacia em conflito, definição da secretaria executiva, estabelecimento da duração do mandato e encerramento. A CGL assume a condução do processo. O CBH continua participando, especialmente em caso de dissenso, quando o Igam envia uma proposta alternativa com base em parecer técnico. Essa proposta é submetida ao CBH, que tem 60 dias para deliberar. Se não houver deliberação no prazo, o Igam convoca o processo e publica a outorga conforme o parecer técnico. Reforçou a importância do CBH na mediação de conflitos e outorgas de grande porte. Ela recomenda a capacitação contínua dos membros por meio de cursos, workshops e treinamentos, o apoio técnico qualificado, com equipes multidisciplinares, o fortalecimento das câmaras técnicas especializadas para avaliação de termos de alocação e as campanhas de educação ambiental voltadas aos usuários, promovendo maior

engajamento e consciência. Citou frases inspiradoras “O comitê de bacia é o parlamento das águas” (Fernando Rei), “É o espaço privilegiado da cidadania hídrica e da gestão democrática da água” (Leo Heller e Aldo Rebouças) e “Gestão da água é mais eficaz com diálogo, negociação e compromisso entre usuários”. Encerra sua fala agradecendo, deixando seus contatos à disposição. **Altino (CBH Três Marias)** faz uma sugestão sobre a redação do decreto de outorga de grande porte. Ele relata um problema de interpretação ambígua sobre a obrigatoriedade da presença do técnico do Igam, responsável pelo parecer. O caso quase comprometeu uma deliberação de outorga no Comitê do Paraopeba, por ausência de informações técnicas suficientes. **Jeane Carvalho (Igam)** concorda com a pertinência da sugestão. Explica que a intenção é sim que o técnico que fez a análise esteja presente, ou alguém designado e plenamente informado. Destaca a importância do representante estar preparado para esclarecer dúvidas. Relata que são feitas reuniões de alinhamento entre técnicos para garantir isso. **Altino (CBH Três Marias)** reforça que no caso mencionado, o representante presente não possuía as informações necessárias, gerando insegurança na decisão. Por pouco, a proposta não foi rejeitada. Agradece pela atenção e pela abertura ao diálogo.

ITEM 12 - APRESENTAÇÃO “A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE E MONITORAMENTO DA ESTABILIDADE DE BARRAGENS E RESERVATÓRIOS” - ENGENHEIRO ANTONIO KBM. Leonardo (Kinross) assume a apresentação, se apresentando como engenheiro ambiental formado em Paracatu, com especialização em geotecnia e engenharia de barragens. Ele atua na Kinross desde 2008, com uma breve passagem por outra empresa entre 2021 e 2022. Atualmente é gerente de monitoramento das barragens da Kinross em Paracatu, além de duas usinas hidrelétricas em Goiás (Caçu e Cachoeira Alta). Inicia sua fala sobre a importância do controle e monitoramento da estabilidade de barragens e reservatórios, focando em práticas adotadas pela empresa. Leonardo introduz os 10 pilares da segurança das barragens adotados pela Kinross: 1 Engenharia de projetos bem elaborada; 2 Atendimento à legislação (federal, estadual, municipal e melhores práticas); 3 Revisões de projeto documentadas; 4 Construções com equipes qualificadas; 5 Fiscalização independente; 6 Instrumentação das estruturas; 7 Monitoramento contínuo; 8 Inspeções regulares; 9 Auditorias externas em diferentes períodos (seca/chuvoso); 10 Revisão por terceiros, com consultores independentes e técnicos internacionais. Explica a estrutura de governança das barragens na Kinross, sendo três gerências: construção, conformidade legal (planos de emergência e requisitos normativos) e monitoramento (sua área) e todas as gerências respondem a um gerente sênior, que se reporta à diretoria e presidência da empresa. Leonardo apresenta os métodos construtivos mais comuns das barragens, linha de centro, a jusante (mais seguro, estrutura se apoia sobre fundações) e a montante (menos utilizado atualmente, pois se apoia sobre o próprio rejeito, com riscos maiores se mal executado). Cita a importância de filtros verticais e drenagem adequada. Apresenta dados técnicos das principais barragens da Kinross: barragem Eustáquio: 110 m de altura, alteamento em curso, com mais de 3 m de borda livre e barragem Santo Antônio: 101 m de altura, mais de 70% do reservatório coberto com solo, borda livre superior a 5 m. Conclui destacando o centro de monitoramento da empresa, implantado em julho de 2019, e a importância da governança e segurança operacional. Leonardo destaca que a operação da barragem funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana. Há dois operadores no regime de tubo, com um engenheiro presente também para garantir o acompanhamento administrativo. Ele enfatiza a complexidade das estruturas monitoradas, que são representadas em uma planta da barragem. A Barragem Eustáquio, por exemplo, é formada por diferentes seções, como a barragem principal, o Dique de Celas e o Dique de Celas adicional, que são críticos para evitar falhas no armazenamento de rejeitos. A barragem Eustáquio possui uma grande variedade de instrumentos de monitoramento, como pedômetros, marcos topográficos e piezômetros de tuba aberta, sendo que todos esses instrumentos visam garantir a segurança da estrutura. O palestrante faz questão de ressaltar que, mesmo para pequenos reservatórios, é essencial ter instrumentos de monitoramento, pois problemas na construção ou falhas no solo podem ser detectados logo no início. Falou da importância de ter instrumentos de monitoramento e apresenta os números de equipamentos instalados, como os 212 piezômetros elétricos de corda vibrante com leitura manual e 107 com leitura automatizada na Barragem Eustáquio. Ele explica que a periodicidade das leituras depende da criticidade do ponto monitorado, sendo algumas feitas manualmente uma vez por mês e outras, como as automatizadas, a cada 4 horas. Segue com a explicação sobre a função dos instrumentos. O monitoramento é feito para entender onde a água está fluindo e garantir que as estruturas de contenção estejam seguras. Mencionou o filtro vertical e o tapete drenante, que ajudam na dissipação de águas pluviais, e também explica o uso de inclinômetros para medir a movimentação das rochas, fundamentais para verificar o comportamento da estrutura ao longo do tempo. Em seguida, detalha que a profundidade

de alguns instrumentos chega a mais de 110 metros, sendo essenciais para detectar qualquer movimentação da estrutura. O uso de uma placa magnética de recalque também é abordado como ferramenta para medir a deformação das estruturas ao longo do tempo. Apontou que a empresa se destaca por ter funcionários próprios, capacitados internamente, para realizar a instalação e manutenção dos instrumentos de monitoramento. Isso garante maior memória técnica e confiabilidade no processo de monitoramento. Apresentou imagens de alguns instrumentos, como o pisômetro de corda vibrante, usado para medir a pressão da água nos solos. Ele também destaca o processo de inspeção visual, que é realizado a cada 15 dias por equipes que percorrem até 150 km a pé para monitorar as estruturas. Explora os protocolos de monitoramento da empresa em caso de eventos como chuvas intensas, quando são realizadas inspeções adicionais em todas as estruturas que sofreram impacto. O palestrante menciona que o monitoramento de chuvas é feito por meio de mais de seis pluviômetros, e a empresa adota uma política de transparência e atuação imediata diante de situações adversas. Detalha a estrutura de monitoramento em situações de chuva, mencionando que equipes estão em plantão e prontas para agir em caso de qualquer problema, como erosões ou danos à estrutura das barragens. A empresa tem recursos e equipes de manutenção preparados para atuar imediatamente. A empresa adota um manual específico para a operação e manutenção das barragens, destacando que, além do manual formal, existe um guia de bolso para os colaboradores, com as principais orientações de monitoramento e inspeção. Apresentou dados sobre a quantidade de barragens no Brasil, comparando os setores hidrelétrico e de mineração. Ele enfatiza a importância de seguir as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e outros órgãos ambientais para garantir a segurança das barragens. Aborda a situação da segurança das barragens em relação à quantidade de inspeções feitas por órgãos fiscalizadores. Explica que, além da fiscalização interna da empresa, as barragens também passam por auditorias externas regulares e pela fiscalização da ANM e de outros órgãos ambientais. Detalhou o processo de monitoramento, explicando que os dados gerados pelos instrumentos são analisados periodicamente para garantir que as estruturas atendam aos requisitos de segurança e funcionem conforme o projeto original. Ele enumera os diferentes tipos de instrumentos usados, como prismas, inclinômetros, sismógrafos, calhas de vazão, e outros, que ajudam a monitorar deslocamentos e deformações nas barragens, além de medir a vazão e os níveis de pressão. Continuou explicando a importância de monitorar o estado de conservação das barragens, destacando que a presença de animais e o crescimento de vegetação nas estruturas podem representar riscos à integridade da barragem. Ele enfatiza que o controle desses fatores é essencial para garantir a segurança. Ele compartilha uma metáfora do "queijo suíço", explicando que, embora as estruturas de segurança tenham várias camadas de proteção, falhas podem ocorrer. Ele reforça a importância da vigilância constante, da comunicação eficaz e da atuação das equipes para detectar problemas rapidamente e evitar acidentes. Concluiu ressaltando a importância do monitoramento contínuo para garantir a segurança das barragens e a responsabilidade de todos os envolvidos, seja no setor público ou privado. Ele argumenta que, sem o monitoramento, as condições de segurança são incertas, e investir nele é essencial para a confiança e credibilidade das barragens. **Antônio Eustáquio (MOVER)** levanta uma questão sobre a fiscalização das barragens e a falta de ação sobre algumas irregularidades, como a falta de fiscalização adequada e a omissão de informações sobre desastres em algumas barragens, como o caso de uma barragem para irrigação. Sugere que o fórum ou a comunidade local solicite uma fiscalização mais rigorosa e transparência em relação a esses problemas. **Dirceu Costa** que atua na região das nascentes do Rio São Francisco, questiona sobre o uso de cavidades mineradas, chamadas de "cavas", para o armazenamento de água, propondo que essas áreas poderiam ser reaproveitadas para reservatórios, ao invés de serem preenchidas com rejeitos. O palestrante responde que, embora isso seja possível em algumas regiões, as características do minério extraído e sua composição mineralógica são fatores importantes que limitam essa possibilidade. **Leonardo (Kinrros)** reitera que é importante considerar o tipo de minério e a composição química na decisão de reaproveitar cavas para armazenamento de água, explicando que, em alguns casos, como o da mineração de ouro, as condições não permitem esse tipo de uso. Ele também reconhece a importância de explorar alternativas para a utilização sustentável dessas cavidades mineradas. Conclui sua fala enfatizando a necessidade de uma abordagem responsável no uso de recursos naturais, considerando o impacto ambiental das atividades de mineração e a importância de manter a transparência e a colaboração com os órgãos fiscalizadores e a sociedade. Ele aponta a importância de inovar e buscar soluções para preservar os recursos hídricos, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e escassez de água. Foi exposto preocupações sobre a gestão de recursos hídricos, particularmente sobre a divisão de responsabilidades e a forma como as decisões

políticas são tomadas no contexto dos comitês e das barragens. Continuou com uma reflexão sobre a escassez de recursos e faz um retorno a uma crise hídrica anterior, mencionando que a planta teve que ser paralisada por 90 dias em 2017. **Altino (CBH Três Marias)** fala especificamente sobre o volume de água nas barragens, como a de Santo Antônio, descrevendo os números de licenciamento e capacidade de armazenamento, comparando a situação atual com barragens de outras localidades, como Mariana e Brumadinho. Além disso, ele se mostra satisfeito com o processo de gestão atual, destacando a responsabilidade e compromisso da equipe envolvida, em particular a sua dedicação pessoal ao monitoramento das barragens. Ele discute a questão da estabilidade das barragens, mencionando a "estabilidade externa" e expressando sua preocupação com o impacto social e ambiental. Ele enfatiza a importância do envolvimento comunitário, evidenciando seu próprio papel no acompanhamento constante do processo, o que reforça seu compromisso com a segurança das comunidades locais. Em seguida, ele faz uma referência ao volume de rejeito da barragem de Eustáquio e descreve as quantidades de água em outros reservatórios, mencionando o trabalho contínuo para manter a segurança e a gestão adequada dos recursos hídricos. Elogiou o trabalho realizado pela empresa em termos de transparência e segurança, comparando a situação atual com experiências anteriores que geraram desconfiança em outras barragens. **Leonardo (Kinrros)** também se preocupa com a estabilidade das operações, mas confia na responsabilidade demonstrada. A interação com outros membros, como Leonardo e o Altino, reforça o senso de unidade e colaboração entre os envolvidos no processo. **Luiz Garcia** agradeceu a apresentação e passou ao próximo ponto de pauta. **ITEM 13 - FALA DOS COMITÊS. Luiz Garcia** discute a importância da democracia interna no fórum e propõe a continuidade do trabalho da coordenação atual, destacando a importância de manter a unidade para garantir que os comitês de bacias hidrográficas tenham uma voz ativa e representativa nas discussões nacionais sobre recursos hídricos. Ele pede o apoio para a reeleição de Maurício, que tem desempenhado um papel significativo no fortalecimento da representatividade dos comitês e na realização de avanços políticos importantes, como a oposição à privatização da água e a defesa de projetos importantes para a gestão hídrica. **Maurício Scalon (Coordenador do FNCBH)**, em sua fala, destaca as dificuldades e os desafios enfrentados para garantir a participação dos comitês nas discussões sobre políticas de recursos hídricos no Brasil. Ele menciona a criação de espaços de discussão no Congresso Nacional e os esforços para garantir que a gestão hídrica seja conduzida de maneira transparente e democrática. Também comenta sobre o projeto de lei PL 4546, que ameaça enfraquecer a participação dos comitês, e defende a continuidade de uma gestão descentralizada e inclusiva, onde as decisões são tomadas por um grupo mais amplo e não por uma única liderança centralizada. A fala segue com um pedido de apoio para a reeleição, destacando a importância da continuidade do trabalho realizado até o momento. Ele enfatiza que a representatividade dos comitês tem sido fortalecida e que, no contexto das discussões nacionais, é essencial manter Minas Gerais no papel de liderança e protagonismo. Também lembra que as decisões no Fórum Nacional são agora tomadas de forma mais democrática, com a participação de mais pessoas na definição das pautas e ações. A importância da representação democrática é novamente mencionada, com o orador destacando o esforço para garantir que as discussões dentro do Fórum Nacional sejam inclusivas e abram espaço para todas as partes interessadas, especialmente os comitês locais. Ele reflete sobre o processo eleitoral do fórum, destacando a transparência e a unidade na condução do processo, e novamente solicita o apoio para a continuidade da liderança de Maurício. A ênfase está na construção coletiva e na melhoria contínua da gestão de recursos hídricos em âmbito nacional. A discussão segue para os últimos detalhes sobre as eleições do Fórum Nacional. Agradeceu o apoio e expressa confiança de que a colaboração contínua trará benefícios para todos os envolvidos, tanto no nível local quanto no nacional. Ele faz um apelo para que a plenária apoie a recondução da chapa atual, destacando a importância do compromisso com a gestão hídrica no Brasil e com a participação ativa dos comitês em todas as decisões importantes. A pauta segue com a discussão sobre as falas dos comitês e a abertura de inscrições para encaminhamentos e propostas, destacando que o trabalho dos comitês deve continuar a ser fortalecido para garantir que as questões locais de gestão hídrica sejam ouvidas e consideradas de forma mais abrangente. **Hideraldo Bush**, faz uma crítica ao fato de os comitês de bacia estarem sendo negligenciados, especialmente em projetos importantes, como o do Rio Doce no Espírito Santo. Ele expressa preocupação com a falta de reconhecimento dos comitês nas decisões políticas e propõe uma mudança no processo eleitoral dos comitês, sugerindo que a representação seja mais equitativa entre as diferentes regiões, em vez de concentrar as representações em apenas uma parte da bacia hidrográfica. A sua proposta é que o edital dos comitês de São Francisco seja reformulado para garantir uma distribuição mais justa da representação entre as regiões da bacia, particularmente considerando a grande área da

margem esquerda do Alto São Francisco. Houve discussões detalhadas da complexidade da gestão hídrica, dos desafios enfrentados pelos comitês, das questões de segurança das barragens e do papel crucial da representatividade democrática na condução da política nacional de recursos hídricos. Há uma clara preocupação com a transparência, a inclusão e a justiça nos processos de decisão, bem como com o fortalecimento da voz dos comitês de bacia no cenário político nacional. A proposta de reformulação das representações e a busca por uma maior unidade dentro do Fórum Nacional são aspectos centrais para garantir que as necessidades e desafios locais sejam devidamente considerados. **Genilson (CBH Manhuaçu)** iniciou sua fala propondo uma moção de reconhecimento à Isaura, que foi uma figura importante na criação do comitê do Rio Manhuaçu. Ele destacou que a Isaura teve um papel fundamental na qualidade e quantidade de água disponível para a região, especialmente após a tragédia de Mariana. A moção seria um reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação. A mesa acolheu a proposta e ficou combinado que o texto seria enviado para criação de uma placa em homenagem à Isaura. **Altino (presidente do CBH São Francisco)** trouxe diversos pontos para discussão, começando com a necessidade de revisão de um decreto sobre comitês de bacia. Ele criticou a forma como o decreto atual limita a representação, especialmente quando alguns membros não têm direito a voto. Ele também sugeriu que os comitês deveriam ter mais autonomia para escolher seus representantes. Outro ponto levantado foi a questão do custeio dos membros da sociedade civil no comitê, especificamente em relação aos custos de transporte. Ele enfatizou que os representantes não são agentes públicos, mas políticos, e que essa diferença precisa ser respeitada. Por fim, criticou o processo de assinatura do contrato de gestão, que ele considerou falho em termos de transparência e participação. Ele lembrou que alguns comitês, como o do Paraopeba, também enfrentaram problemas com a forma como os contratos foram tratados. Altino parabenizou Juliana, presidente do comitê do entorno, por sua postura em defender a transparência e os direitos dos comitês. **Gisleno (CBH Santo Antônio)** trouxe à tona uma preocupação sobre a transparência do fundo do ICMS, questionando se o valor de 744 milhões estava realmente disponível ou se havia algum tipo de mal-entendido sobre isso. Ele pediu para que o fórum mineiro oficializasse a informação para que todos os comitês tivessem acesso aos dados financeiros e pudessem acompanhar a aplicação dos recursos.

ITEM 14 - ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS. **Deborah Emília (CBH São Francisco)** brevemente sobre sua participação em reuniões do fórum nacional, destacando a situação de cortes orçamentários no Ministério do Desenvolvimento Regional e a mobilização que resultou em uma visita técnica ao Bioparque Pantanal. Ela mencionou a importância de compartilhar essas experiências e o impacto que as decisões no fórum nacional têm sobre os comitês locais. **Gisleno (CBH Santo Antônio)** também passou um relatório das reuniões do fórum nacional de comitês de bacia, com detalhes sobre as discussões e apresentações feitas durante os encontros. O relatório foi entregue para ser compartilhado entre os comitês de Minas Gerais. O grupo compartilhou suas experiências e discussões sobre as recentes atividades relacionadas aos comitês de bacias de Minas Gerais e eventos nacionais, como a Participação em Eventos e Visitas Técnicas sendo o “Vire Carranca” em Brasília: A primeira parte do discurso faz referência à participação no evento Vire Carranca, que contou com a presença de representantes de comitês interestaduais e de organizações como a Agência Peixe Vivo e a CODEVASF. Durante o evento, também foi feita uma visita técnica ao Comitê São Francisco, além de discussões sobre projetos da Eletrobras, especialmente sobre o financiamento de projetos. Visita ao Projeto Produtor de Água, se estende à visita técnica a um projeto de conservação de solo e manejo de água no Projeto Produtor de Água do Pípiripau, onde um produtor rural compartilhou suas experiências com a prática de pagamento por serviços ambientais. O projeto é considerado uma referência nacional. Proposta de Criação de Calendário de Atividades. Foi sugerida a criação de um calendário de atividades para os comitês de bacias de Minas Gerais, a fim de evitar conflitos de agenda. Frequentemente, os participantes se veem divididos entre eventos simultâneos e reuniões de diferentes comitês, o que dificulta a participação plena de todos. A proposta visa organizar as atividades ordinárias e eventos importantes, como reuniões dos comitês e encontros de fórum, para melhorar a coordenação e comunicação entre os comitês e facilitar a participação de todos os membros. **Tobias Vieira (secretário do FMCBH)** fez um lembrete sobre a criação de um GT para o durante a reunião. Esse grupo tem o prazo para apresentar resultados nas próximas reuniões. Também foi destacado outro GT sobre o pacto que já está em funcionamento e precisa trazer resultados nas próximas reuniões. A ideia é manter a atividade dos GTs em andamento e garantir que não sejam deixados de lado. Sobre a prorrogação de mandatos, mencionou-se a decisão que prolongou a nomeação da Débora e do Bush para cargos dentro do fórum, mencionando a necessidade de uma definição definitiva sobre esses cargos, que foram inicialmente atribuídos de forma provisória. Uma discussão mais técnica sobre o

processo de indicação dos representantes do fórum mineiro no fórum nacional foi levantada. O questionamento foi sobre a necessidade de abrir inscrições e realizar eleições formais para os representantes, visto que no processo anterior, os nomes foram indicados informalmente, sem a participação ampla de todos. Foi ressaltado que a transparência no processo de escolha é essencial para garantir que todos os comitês tenham igual acesso à representação. **ITEM 15 – ENCAMINHAMENTOS.** Não houve encaminhamentos. **ITEM 16- ENCERRAMENTO:** Ao final, **Luiz Garcia** fez um agradecimento especial ao Tobias e sua equipe, mencionando que o evento foi um dos melhores que já participou, destacando as visitas técnicas e apresentações realizadas. A importância da participação de todos foi destacada, incluindo a organização das atividades futuras e a necessidade de manter a coerência nos processos. Um alerta final foi dado sobre a importância de não se apressar, sugerindo que todos retornassem com calma para casa no final do evento. A reunião foi uma oportunidade para discutir questões operacionais importantes sobre a coordenação dos comitês e a representação no fórum nacional. A proposta de organizar um calendário de atividades para evitar sobrecarga de agendas foi amplamente apoiada, assim como a ideia de garantir processos eleitorais mais transparentes e participativos. Além disso, a revisão das decisões e a readequação das redações foi um passo importante para melhorar a comunicação interna. O evento foi considerado um sucesso, e as próximas reuniões devem avançar na formalização das decisões e na continuidade do trabalho em grupo. **Tobias Vieira (secretário executivo)** agradeceu a participação de todos, e a reunião foi finalizada.

ATA aprovada na 6ª reunião extraordinária realizada no dia 22 de Janeiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Secretário (a) Executivo(a)**, em 26/01/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Ester Fernandes de Oliveira, Coordenador(a) Geral**, em 26/01/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131858950** e o código CRC **ACE2553A**.

Referência: Processo nº 2240.01.0005003/2025-45

SEI nº 131858950